RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício Social de 2014

I. Introdução

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela empresa, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Ao presente relatório se incorporam os pareceres da Auditoria Interna, da Auditoria Independente , Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

II. Mensagem da Diretoria

Embora muitos analistas se arrisquem a tratar da área cinzenta de interseção entre os aspectos econômicos e a fenomenologia político-social, não há como dissociar as variáveis que compõem esses dois conjuntos de questões.

A inter-relação entre os fatos econômicos e as circunstâncias politico-sociais fica mais realçada nos processos de mudanças organizacionais. Com efeito, a mudança organizacional constitui-se na superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cuja modificação envolve, via de regra, uma reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo. Em outras palavras, significa uma reapreciação dos padrões administrativos e dos instrumentos de ação, e isto afeta as convicções pessoais e os paradigmas até então prevalecentes, razão pela qual é tão difícil admitir a necessidade de mudanças.

Relativamente a Conab, em decorrência de sua própria missão institucional, a conscientização sobre a necessidade de implementar iniciativas voltadas às mudanças estruturais e conjunturais deve permear o seu processo de gestão em todos os níveis, de forma a adaptar os instrumentos de ação às realidades conjunturais e estruturais que se afiguram ao longo do tempo, e que trazem em seu bojo novos desafios na execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Apesar das dificuldades na implementação das medidas requeridas, principalmente pelo conservadorismo da máquina pública, no transcorrer do exercício de 2014 a Companhia continuou a buscar soluções logísticas e projetos integrados, objetivando proporcionar maior eficiência e eficácia em suas operações. Nesse sentido, foram viabilizadas iniciativas voltadas ao reordenamento das ações relacionadas à operacionalização dos instrumentos de execução das Políticas Agrícola e de Abastecimento.

Mencione-se, ainda, as ações voltadas ao aprimoramento da governança corporativa, bucando uma gestão mais democrática e participativa, envolvendo não somente o público interno, como também os nossos clientes e parceiros, de forma a assegurar a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela administração, a delegação e os controles internos.

No rol de prioridades, as ações voltadas à qualificação e ao treinamento dos nossos colaboradores mereceram o destaque devido, de forma a prepará-los, mediante treinamentos específicos, para o enfrentamento dos futuros desafios. Acreditamos nas pessoas, preparadas, integradas, dedicadas e motivadas, como força motriz para o alcance dos nossos objetivos comuns.

No que se refere ao desempenho corporativo, no rol de opiniões surgem, vez ou outra, aqueles que esgrimam com certa facilidade o argumento de que a preocupação com as variáveis que compõem o conjunto da movimentação econômica deve ser secundária, em vista do caráter social de que se reveste as ações da Companhia. Esquecem que prejuízos causados por ineficiência são altamente anti-sociais, porquanto os recursos são provenientes da sociedade e a esta devem retornar sob a forma de benefícios efetivos e mensuráveis.

É preciso reconhecer que não há, naturalmente, uma boa e pronta solução para a eficácia das organizações, como a maioria dos órgãos públicos. E não é possivel simplesmente copiar modelos das empresas privadas, em vista dos mecanismos de competição manter a estrutura funcional mais enxuta e produtiva, e ainda pelo fato de que na administração privada é mais simples cobrar resultados de fácil mensuração.

Dentro desse contexto, é evidente que a Conab não deve ser administrada sob a concepção empresarial que estimule a busca da rentabilidade como objetivo básico, o que desvirtuaria o seu caráter de serviço público, escapando dos critérios de economicidade global. Entretanto, o processo de gestão deve contemplar, em todos os níveis, ações voltadas à captação e geração de receitas, concomitantemente com o controle e racionalização seletiva dos dispêndios, imune, naturalmente, ao vezo recessivo (fazer o melhor a um menor custo).

Essa estratégia vem alcançando resultados satisfatórios, porquanto, sem restringir as ações relacionadas à operacionalização dos diversos programas e projetos, a Companhia registrou um resultado superavitário da ordem de R$9.236 mil, contra um déficit de R$7.177 mil do exercício de 2013.

No que concerne ao desempenho operacional, mais uma vez o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA merece um registro de destaque, por conta, entre outros resultados, das profundas transformações sócio-econômicas geradas por essa iniciativa estruturante, principalmente no que se refere ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar e, em particular, ao pequeno agricultor, responsável por um expressivo percentual da produção de alimentos.

A propósito da execução do PAA, cumpre asseverar que a Conab e todos os seus colaboradores sentem-se gratificados em participar dessa iniciativa, ou seja, melhorar as condições sócio-econômicas de milhões de brasileiros para quem a vida foi, ao longo de muitos anos, feita apenas de esperança.

Ainda no que tange aos agricultores familiares, cumpre ressaltar a importância das subvenções concedidas no contexto da PGPM – Sociobiodiversidade, que assegura o complemento de renda aos extrativistas, setor do meio rural comumente explorado por atravessadores.

Um destaque especial também deve ser dado ao Programa denominado de Vendas em Balcão que, no transcorrer de 2014, garantiu a oferta de milho aos pequenos bovinocultores, suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros pequenos empreendimentos familiares, principalmente na Região Nordeste, que enfrentou a pior seca dos últimos cinquenta anos.

As ações operacionalizadas pela Companhia e insertas na política de segurança alimentar e nutricional apresentam-se como iniciativas relevantes, já que estão voltadas ao atendimento dos grupos de menor poder aquisitivo e, por consequência, vulneráveis em termos de deficiências calórico-proteícas, a exemplo dos acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos em igual situação.

Da mesma forma, a distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis constitui-se em uma ação das mais dignificantes, já que procura resgatar da fome essa parcela da população que, como bem definiu um pensador nordestino, *se extenua na subnutrição ou definham na inanição. Matar a fome,* diz ele*, é mais do que vencer a morte, pois se a morte extingue o corpo e liberta a alma, a fome mata a alma no corpo sobrevivente, e sepulta o espírito nos cérebros atrofiados.*

Uma outra vertente de atuação da Companhia centra-se na assistência humanitária internacional, por meio da doação de produtos básicos dos estoques reguladores governamentais a países em vulnerabilidade sócio-econômica e/ou assolados por calamidades públicas.

Mencione-se, ainda, o papel relevante da Companhia na operacionalização dos programas relacionados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, envolvendo a formação, comercialização e escoamento dos estoques públicos e garantia e sustentação de preços.

Todos os avanços conseguidos ao longo do exercício só foram possíveis pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento dos nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graudado, espalhados por esse imenso Brasil. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento. Acreditamos que o verdadeiro poder de mudanças está em alinhar as pessoas de uma corporação numa só direção e com os mesmos interesses e objetivos.

Aos nossos parceiros e clientes que, no exercício da avaliação crítica, nos desafiam no dia-a-dia a superar, cada vez mais, as nossas metas de eficiência e eficácia, e melhorar o nosso desempenho, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro. A todos eles, indistintamente, os nossos agradecimentos.

Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelos questionamentos, orientações e fiscalização sobre os atos e fatos da gestão, que nos ajudaram a corrigir rumos e alcançar os nossos objetivos.

A Excelentíssima Presidenta da República Dilma Rousseff, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, a nossa gratidão pelo decisivo apoio na viabilização dos resultados alcançados em 2014.

A Diretoria

III. A Empresa

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo do Território Nacional.

Sua missão

Sua missão institucional é a de contribuir para a regularização do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Seu objeto social

Tem como finalidade executar a Política Agrícola no segmento do abastecimento alimentar, a Política de Garantia de Preços Mínimos e fornecer subsídios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na formulação, no acompanhamento das referidas políticas, e na fixação dos volumes mínimos de estoques reguladores e estratégicos.

Seus objetivos

I. Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.
II. Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários.
III. Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.
IV. Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.
V. Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas e abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno.
VI. Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências.
VII. Participar da formulação da política agrícola.
VIII. Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Sua Estrutura Física

Para a execução de suas competências estatutárias e regimentais conta com uma estrutura composta da Matriz, 27 Superintendências Regionais e 98 Complexos Armazenadores destinados ao armazenamento dos estoques públicos, suporte aos programas sociais de abastecimento e ao atendimento supletivo do setor privado.

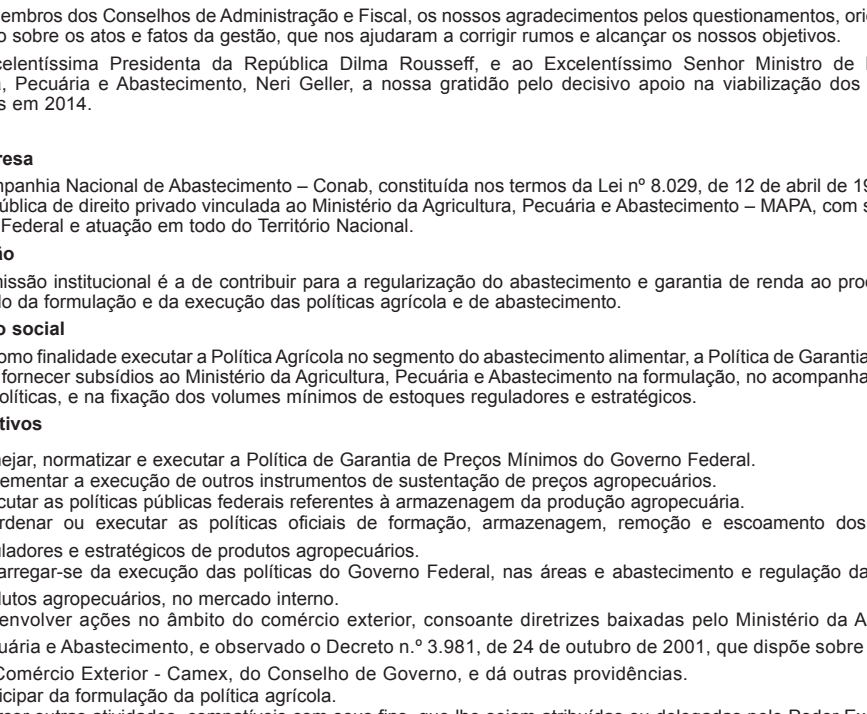
IV. Governança corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho

1. Governança Corporativa

A Conab procura adotar as práticas de governança corporativa, adotando procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões transparência.

2. Estrutura Organizacional

A sua estrutura orgânica básica de Governança é atualmente composta da seguinte forma:



Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos da gestão. Tem atualmente a seguinte composição:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
COMPOSTO DE SEIS MEMBROS TITULARES E SEIS SUPLENTES

- O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o preside.
- O Presidente da Conab, que substitui o Presidente em suas ausências e impedimentos.
- Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diretoria Colegiada

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão institucional da Companhia, os objetivos estratégicos e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

DIRETORIA COLEGIADA
COMPOSTA DE CINCO MEMBROS

- Presidente
- Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização
- Diretor de Operações e Abastecimento
- Diretor de Política Agrícola e de Informações
- Diretor de Gestão de Pessoas

Conselho Fiscal

Órgão de carater permanente, de natureza colegiada e com autonomia e prerrogativas fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social da Companhia. Têm como competência básica fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Conab e verificar o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários.

CONSELHO FISCAL
COMPOSTO DE TRÊS TITULARES E TRÊS SUPLENTES

- Um representante da Sectretaria do Tesouro Nacional
- Dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Os membros elegerão, entre si, o Presidente do Conselho.

3. Força de Trabalho

Relativamente à força de trabalho, a Conab terminou o exercício com 4.789 colaboradores, em contraposição a 4.704 registrados em 31/12/2013, evidenciando um incremento de 1,81 % (85 colaboradores).

3.1 DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013		VARIAÇÃO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
QUADRO PERMANENTE	**4.723**	**98,62**	**4.620**	**98,21**	**103**	**2,23**
Em efetivo exercício	**3.633**	**75,86**	**3.459**	**73,53**	**174**	5,03
À disposição de outros órgãos	**973**	**20,32**	**1.031**	**21,92**	**(58)**	**(5,63)**
Licenciados	**117**	**2,44**	**130**	**2,76**	**(13)**	**(10,00)**
INSS/Acidente de Trabalho	52	1,09	74	1,57	(22)	(29,73)
Licença Maternidade	5	0,10	9	0,19	(4)	(44,44)
Licença para Cargo Eletivo	7	0,15	6	0,13	1	16,67
Contrato Suspenso	18	0,38	9	0,19	9	100,00
Invalidez Temporária	35	0,73	32	0,68	3	9,38
EXTRAQUADRO	**66**	**1,38**	**84**	**1,79**	**(18)**	**(21,43)**
Diretores	5	0,10	5	0,11	-	0,00
Assessores/Gestores	54	1,13	71	1,51	(17)	(23,94)
Conselhos de Administração/Fiscal	7	0,15	8	0,17	(1)	(12,50)
TOTAL	**4.789**	**100,00**	**4.704**	**100,00**	**85**	**1,81**

3.2 DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR SITUAÇÃO CONTRATUAL

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013		VARIAÇÃO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
QUADRO PERMANENTE	**4.723**	**98,62**	**4.620**	**98,21**	**103**	**2,23**
Contrato initerrupto	**2.216**	**46,27**	**2.120**	**45,07**	**96**	**4,53**
Contratos antigos	1.608	**33,58**	1.617	**34,38**	(9)	(0,56)
Concursados a partir de 2004	608	**12,70**	503	**10,69**	105	20,87
Reintegrados e Anistiados	**2.507**	**52,35**	**2.500**	**53,15**	**7**	**0,28**
Reintegrados	**399**	**8,33**	**406**	**8,63**	**(7)**	**(1,72)**
Judicialmente	**399**	**8,33**	**406**	**8,63**	(7)	(1,72)
Trânsito em Julgado	344	**7,18**	346	**7,36**	(2)	(0,58)
Liminar	55	**1,15**	60	**1,28**	(5)	(8,33)
Anistiados	**2.108**	**44,02**	**2.094**	**44,52**	**14**	**0,67**
Judicialmente	**367**	**7,66**	**365**	**7,76**	**2**	**0,55**
Trânsito em Julgado	297	**6,20**	290	**6,16**	7	2,41
Liminar	70	**1,46**	75	**1,59**	(5)	(6,67)
Administrativamente	**1.741**	**36,35**	**1.729**	**36,76**	**12**	**0,69**
EXTRA-QUADRO	**66**	**1,38**	**84**	**1,79**	**(18)**	**(21,43)**
TOTAL	**4.789**	**100,00**	**4.704**	**100,00**	**85**	**1,81**

V. Principais Indicadores

RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO
	JAN/DEZ-2014	JAN/DEZ-2013	NOMINAL - %
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	**(70.350)**	**18.932**	**(471,59)**
RESULTADO OPERACIONAL	**2.660**	**(12.213)**	**(121,78)**
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSSLL	**9.236**	**(7.177)**	**(228,69)**

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO
	JAN/DEZ-2014	JAN/DEZ-2013	%
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	**525.274**	**787.930**	**(33,33)**
RECEITA DE VENDAS	**503.746**	**765.171**	**(34,17)**
RECEITA DE SERVIÇOS	**21.528**	**22.759**	**(5,41)**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	**794.039**	**702.985**	**12,95**
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**100.940**	**113.911**	**(11,39)**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**158.679**	**23.936**	**562,93**
TOTAL	**1.578.932**	**1.628.762**	**(3,06)**

RECEITAS DE REPASSES REALIZADOS PELO TESOURO NACIONAL

DESTINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO
	JAN/DEZ-2014	JAN/DEZ-2013	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**723.080**	**622.230**	**16,21**
MODERNIZAÇÃO DA R. ARMAZENADORA	**5.495**	**-**	**100,00**
GESTÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS	**102.000**	**97.200**	**4,94**
OUTRAS DESPESAS	**82.706**	**74.678**	**10,75**
TOTAL	**913.281**	**794.108**	**15,01**

DESPESAS OPERACIONAIS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO
	JAN/DEZ-2014	JAN/DEZ-2013	%
PESSOAL E ENCARGOS	**717.471**	**619.754**	**15,77**
COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	**263.177**	**252.223**	**4,34**
TOTAL	**980.648**	**871.977**	**12,46**

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
ATIVO CIRCULANTE	**2.721.109**	**3.483.014**	**-21,87**
(-) PASSIVO CIRCULANTE	**3.252.529**	**3.768.705**	**-13,70**
(=) CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**-531.420**	**-285.691**	**86,01**

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	QUOCIENTES		VARIAÇÃO
	31/12/2014	31/12/2013	%
INDICADORES DE LIQUIDEZ			
LIQUIDEZ GERAL	**1,12**	**1,10**	**1,82**
LIQUIDEZ CORRENTE OU COMUM	**0,84**	**0,93**	**(9,68)**
LIQUIDEZ SECA	**0,18**	**0,27**	**(33,33)**
INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL			
PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	**8,098**	**9,485**	**(14,62)**
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	**0,999**	**1,000**	**(0,10)**
IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	**0,652**	**0,613**	**6,36**

VI. Desempenho Corporativo

1 DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO

ESTRUTURA PATRIMONIAL

1.1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Na perspectiva dos doze meses do exercício de 2014, os registros contábeis apontam que a Companhia auferiu um resultado supervatirário da ordem de R$9.236 mil, em contraposição a um déficit de R$7.177 mil do exercício anterior, evidenciando uma reversão de tendência bastante expressiva, sob o ponto de vista dos elementos do conjunto da movimentação econômica globalmente considerados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$MIL		VARIAÇÃO	
	JAN/DEZ-2014	JAN/DEZ-2013	R$MIL	%
Receita Bruta de Vendas e Serviços	**525.274**	**787.930**	**(262.656)**	**(33,33)**
Deduções (ICMS, PASEP, FINSOCIAL, ISS)	14.540	16.729	(2.189)	(13,09)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**510.734**	**771.201**	(260.467)	**(33,77)**
Custo Líquido das Vendas e Serviços	581.084	752.269	(171.185)	(22,76)
Lucro Bruto Operacional	**(70.350)**	**18.932**	**(89.282)**	**(471.59)**
Despesas Operacionais	**980.648**	**871.976**	**108.672**	**12,46**
Pessoal	717.471	619.753	97.718	15,77
Comerciais e Administrativas	263.177	252.223	10.954	4,34
Outras Receitas Operacionais	**1.053.658**	**840.832**	**212.826**	**25,31**
Resultado Operacional	**2.660**	**(12.212)**	**14.872**	**(121.78)**
Outros Resultados	**6.576**	**5.035**	1.541	30,61
Resultado do Exercício	**9.236**	**(7.177)**	**16.413**	**(228.69)**

O resultado do exercício, nos termos da legislação vigente, teve a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	R$ MIL
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**9.236**
(-) PROVISAO PARA IRPJ	**2.571**
(-) PROVISÃO PARA CSLL	**951**
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.714**
(-) RESERVA LEGAL	**286**
(-) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	**1.360**
(-) RESERVA PARA FUTUROS INVESTIMENTOS (ART. 193, LEI 6.404/76)	**4.068**

1.1.2 RESULTADO BRUTO OPERACIONAL

FORMAÇÃO DO RESULTADO BRUTO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL		VARIAÇÃO	
	JAN/DEZ-14	JAN/DEZ-13	R$MIL	%
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	525.274	787.930	(262.656)	(33,33)
(-) DEDUÇÕES	14.540	16.729	(2.189)	(13,09)
(=) RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVCIÇOS	510.734	771.201	(260.467)	(33,77)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	799.474	1.186.231	(386.757)	(32,60)
(=) RESULTADO BRUTO OPERACIONAL [PARCIAL]	(288.740)	(415.030)	126.290	(30,43)
(+) EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	218.390	433.962	(215.572)	(49,68)
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	**(70.350)**	**18.932**	**(89.282)**	**(471,59)**

Sob o ponto de vista do Resultado Bruto Operacional, foi registrado um déficit em 2014 da ordem de R$70.350 mil, em decorrência dos lançamentos, a título de receita, do realinhamento dos saldos em cobrança relativos às perdas em armazenagem (estoques governamentais).

O valor do realinhamento, registrado no Subgrupo de "Outras Receitas Operacionais (Grupo de Receitas Operacionais Diversas)", atingiu R$126.466 mil, com reflexo direto na apuração do resultado bruto operacional, posto que ensejou a não apuração de equalizações de preços no período de out/dez-2014, porquanto o somatório das receitas de vendas e do realinhamento foi superior ao do custo das mercadorias vendidas.

Considerando o valor do realinhamento, o Resultado Bruto Operacional sofre uma reversão bastante acentuada, saindo de um déficit de R$70.350 mil para um superávit de R$56.116 mil, conforme demonstrado a seguir.

RESULTADO BRUTO OPERACIONAL DE 2014- RECOMPOSTO

DESCRIÇÃO	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	**510.734**
(-) CUSTO BRUTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**799.474**
(+) EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	**218.390**
RESULTADO PARCIAL	**(70.350)**
(+) RECEITA DE REALINHAMENTO DE CRÉDITOS	**126.466**
(=) RESULTADO BRUTO OPERACIONAL (RECOMPOSTO)	**56.116**

1.1.3 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta atingiu o patamar de R$1.578.932 mil no exercício de 2014, contra R$1.628.762 de 2013, evidenciando um decréscimo de 3,06% a preços correntes. Esse cenário se deveu, basicamente, a forte retração ocorrida nas vendas dos estoques governamentais.

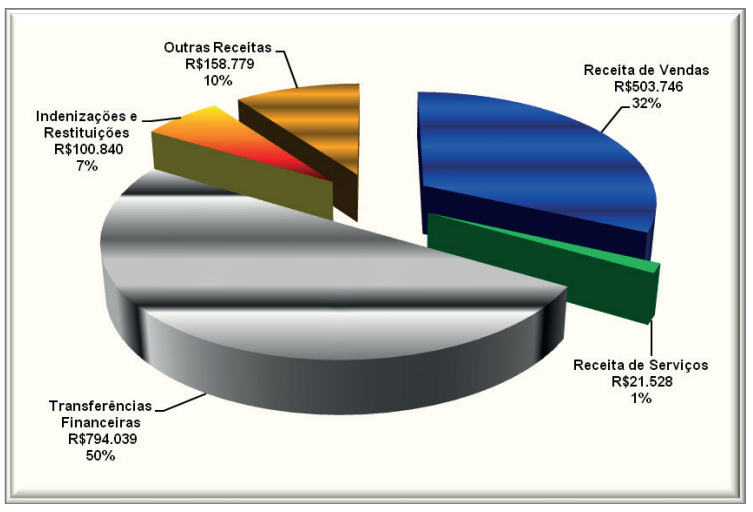
Com efeito, analisando a composição dos ingressos, constata-se que as receitas de vendas sofreram uma retração de 34,17%, variando de R$765.171 mil para R$503.746 mil. Referido resultado deve ser visto apenas como referencial, porquanto a comercialização dos estoques públicos, enquanto reguladores de mercado, não estão vinculados às práticas mercantis usuais.

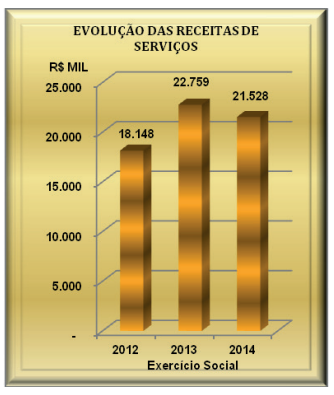
Respondem, na realidade, aos ditames das políticas voltadas aos setores agrícola e de abastecimento, no que se refere à oferta regular de produtos e inibição de movimentos especulativos, como também a sustentação de preços, daí as bruscas oscilações observadas na série histórica de comercialização.

COMPORTAMENTO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014		EXERCÍCIO 2013		VARIAÇÃO	
	R$ MIL	%	R$ MIL	%	R$MIL	%
DE VENDAS E SERVIÇOS	**525.274**	**33,27**	**787.930**	**48,38**	**(262.656)**	**(33,33)**
De Vendas	503.746	31,90	765.171	46,98	(261.425)	(34,17)
De Serviços	21.528	1,36	22.759	1,40	(1.231)	(5,41)
OUTRAS RECEITAS	**1.053.658**	**66,73**	**840.831**	**51,62**	**212.827**	**25,31**
Transferências Financeiras	794.039	50,29	702.985	43,16	91.054	12,95
Multas e Juros de Mora	4.884	0,31	4.021	0,25	863	21,46
Indenizações/Restituições	100.940	6,39	113.911	6,99	(12.971)	(11,39)
Receitas Imobiliárias	6.607	0,42	5.832	0,36	775	13,29
Outras Receitas	147.188	9,32	14.082	0,86	133.106	945,22
TOTAL	**1.578.932**	**100,00**	**1.628.761**	**100,00**	**(49.829)**	**(3,06)**

COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA – JAN/DEZ-2014





1.1.4 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS

De um exercício para outro, as despesas operacionais experimentaram uma expansão de 12,46% a preços correntes, variando de R$871.977 mil para R$980.648 mil.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014		EXERCÍCIO 2013		VARIAÇÃO
	R$ Mil	%	R$ Mil	%	%
PESSOAL	717.471	73,16	619.753	71,07	15,77
COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	263.177	26,84	252.223	28,93	4,34
TOTAL	**980.648**	**100,00**	**871.976**	**100,00**	**12,46**

O grupo de pessoal responsável por 73,16% do total dos dispêndios, experimentou um incremento de 15,77% a preços correntes, saindo do patamar de R$619.753 mil para R$717.471 mil. Isto se deveu, em parte, aos seguintes fatores:

a) aumento nominal de 71,52% nas despesas relativas à execução de sentenças trabalhistas e depósitos judiciais, cujo montante atingiu R$75.896 em 2014, em contraposição a R$44.249 mil de 2013 (em termos monetários, aumento de R$31.647 mil);

b) reajuste salário de 6,09% em setembro de 2013 (data-base e objeto de acordo coletivo);

c) aumento da força de trabalho em 85 colaboradores.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

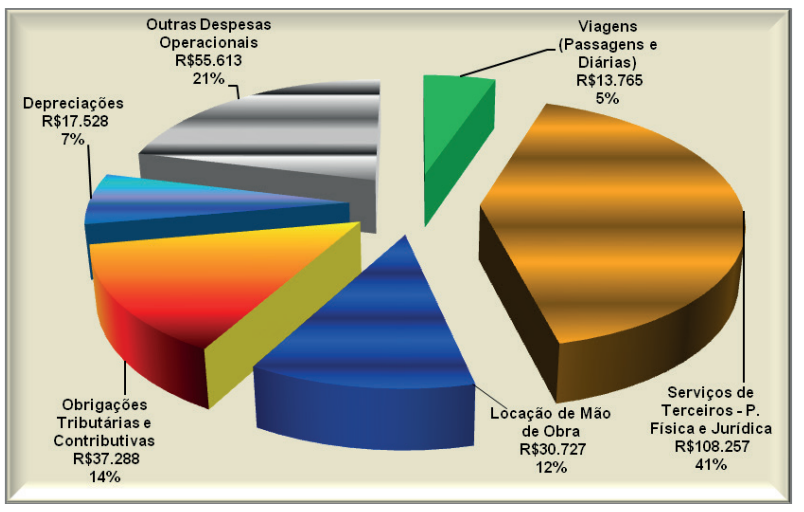
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014		EXERCÍCIO 2013		VARIAÇÃO
	R$ Mil	%	R$ Mil	%	%
Vencimentos e Vantagens Fixas	442.893	61,73	398.219	64,25	11,22
Obrigações Patronais	164.503	22,93	146.925	23,71	11,96
Outras Despesas Variáveis	34.179	4,76	30.360	4,90	12,58
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios	75.896	10,58	44.249	7,14	71,52
TOTAL	**717.471**	**100,00**	**619,753**	**100,00**	**15,77**

No que se refere ao Grupo de Despesas denominado de "Comerciais e Administrativas", o volume registrado em 2014 manteve-se, praticamente, no mesmo nível do exercício anterior (variação nominal de apenas 4,34%), variando de R$252.223 mil para R$263.177 mil.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014		EXERCÍCIO 2013		VARIAÇÃO
	R$ Mil	%	R$ Mil	%	%
Despesas Financeiras Líquidas	(112)	(0,04)	720	0,29	-115,56
Contribuição ao Fundo de Previdência	19.124	7,27	31.534	12,50	-39,35
Transferências ao Exterior - PNUD	-	-	686	0,27	-100,00
Material de Consumo	5.539	2,10	5.748	2,28	-3,64
Diárias - Pessoal Civil	10.152	3,86	10.711	4,25	-5,22
Passagens e Despesas com Locomoção	3.613	1,37	4.729	1,87	-23,60
Outros Serviços de Terceiros - P. Física	2.298	0,87	2.703	1,07	-14,98
Locação de Mão de Obra	30.727	11,68	26.085	10,34	17,80
Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	105.959	40,26	101.946	40,42	3,94
Obrigações Tributárias e Contributivas	37.288	14,17	12.825	5,08	190,74
Outras Despesas	48.589	18,46	54.536	21,62	-10,90
TOTAL	**263.177**	**100,00**	**252.223**	**100,00**	**4,34**

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS– 2014



1.2 ESTRUTURA PATRIMONIAL

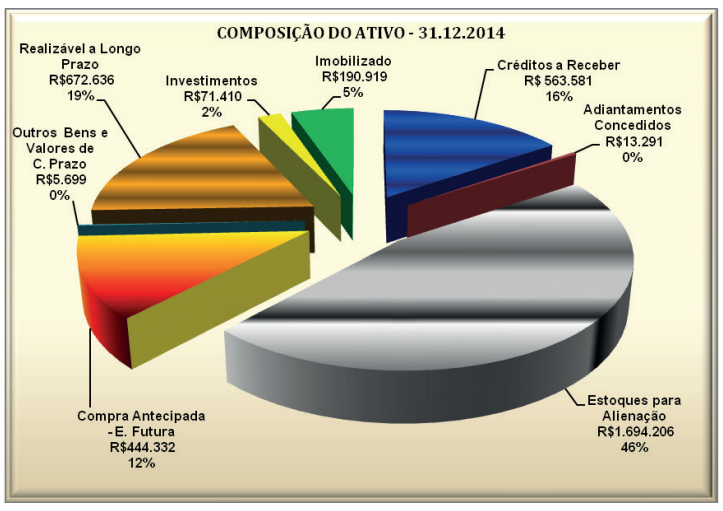
1.2.1 ESTRUTURA DO ATIVO

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2013, os valores do Ativo experimentaram, em seu conjunto, um decréscimo nominal de 12,28%, tendo como fator preponderante desse cenário a forte desaceleração observada nos grupos "Créditos em Circulação" e "Bens e Valores em Circulação", que atingiu o patamar de 21, 29% (em valores monetários redução de R$761.962 mil).

Em consonância com a própria realidade do setor no qual se insere, a Companhia concentra a sua principal aplicação no Ativo Circulante, o qual sofreu, de um exercício para outro, uma retração de 21,87% a preços correntes, variando de R$3.483.014 mil para R$2.721.109 mil.

ESTRUTURA DO ATIVO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL				VARIAÇÃO
	31.12.2014	%	31.12.2013	%	%
Ativo Circulante	**2.721.109**	**74.43**	**3.483.014**	**83,57**	**(21,87)**
Disponibilidades	1.201	0,03	1.125	0,03	6,76
Aplicações Financeiras	1.201	0,03	1.125	0,03	6,76
Créditos em Circulação	577.305	15,79	995.569	23,89	(42,01)
Bens e Valores em Circulação	2.142.559	58,60	2.486.257	59,65	(13,82)
Valores Pendentes de C. Prazo	44	0,00	63	0,00	(30,16)
Ativo Não-Circulante	**934.965**	**25.57**	**684.881**	**16,43**	**36,51**
Realizável a Longo Prazo	672.636	18,40	441.221	10,59	52,45
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	139.495	3,82	143.907	3,45	(3,07)
Créditos Realizáveis a L. Prazo	533.141	14,58	297.314	7,13	79,32
Investimentos	71.410	1,95	73.603	1,77	(2,98)
Imobilizado	190.624	5,21	170.015	4,08	12,12
Intangível	295	0,01	42	0,00	602,38
TOTAL DO ATIVO	**3.656.074**	**100,00**	**4.167.895**	**100,00**	**(12,28)**



Relativamente aos Bens e Valores em Circulação (que representaram 58,60% do total do Ativo posicionado em 31.12.2014), cabe destacar o que se segue:

a) **Estoques para Alienação: R$1.694.206 mil (79,08%)** -Referem-se aos estoque públicos, formados a partir dos mecanismos relacionados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e destinados à comercialização por meio de pregão eletrônico. Parte dos estoques de milho são vendidos diretamente ao público-alvo do Programa intitulado de Vendas em Balcão, principalmente na Região Nordeste;

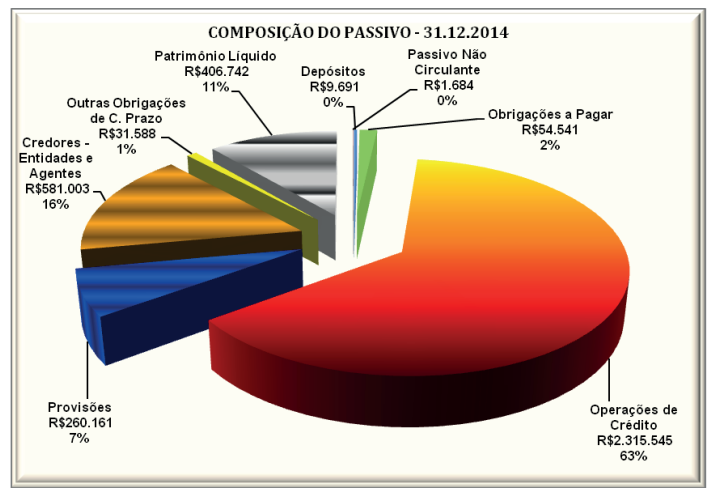
b) **Compra Antecipada – Entrega Futura: R$443.332 mil (20,74%)** – Trata-se, consoante legislação relacionada ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de adiantamentos concedidos aos agricultores nas modalidades de Compra Antecipada – CPR Alimentos e Compra Especial da Agricultura Familiar.

1.2.2 ESTRUTURA DO PASSIVO

Na comparação entre os dois exercícios, duas observações devem ser evidenciadas. Inicialmente, verifica-se que o decréscimo ocorrido no Passivo Circulante foi inferior ao do Ativo Circulante, o que representou um recrudescimento da situação líquida passiva. Outro aspecto refere-se a maior participação do capital próprio em relação aos recursos de terceiros.

ESTRUTURA DO PASSIVO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$ MIL				VARIAÇÃO
	31.12.2014	%	31.12.2013	%	%
PASSIVO CIRCULANTE	**3.252.529**	**88,84**	**3.768.704**	**90,42**	**(13,70)**
Depósitos	**9.691**	**0,26**	**38.678**	**0,93**	**(74,94)**
Obrigações em Circulação	**3.242.838**	**88,58**	**3.730.026**	**89,49**	**(13,06)**
Obrigações a Pagar	54.541	1,49	660.151	15,84	(91,74)
Provisões	260.161	7,11	244.867	5,88	6,25
Operações de Crédito	2.315.545	63,25	2.208.062	52,98	4,87
Credores - Entidades e Agentes	581.003	15,87	601.813	14,44	(3,46)
Outras Obrigações	31.588	0,86	15.133	0,36	108,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.684**	**0,05**	**1.685**	**0,04**	**(0,06)**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**406.742**	**11,11**	**397.506**	**9,54**	**2,32**
TOTAL DO PASSIVO	**3.660.955**	**100,00**	**4.167.895**	**100,00**	**(12,16)**



FORMAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL		
	31.12.2014	31.12.2013	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	**2.721.109**	**3.483.015**	**(761.906)**
(-) PASSIVO CIRCULANTE	**(3.252.529)**	**(3.768.704)**	**516.175**
(=) CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(531.420)**	**(285.689)**	**(245.731)**

Do total das Obrigações em Circulação registrado em 31.12.2014, 71,52% (R$2.315.545 mil) referem-se aos recursos repassados pela União e destinados a execução dos programas relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Portanto, não se trata de dívida efetiva contraída junto a terceiros.

2. Desempenho Operacional

Execução dos Programas

Em cumprimento de sua missão institucional e de suas competências estatutárias, a Companhia, no transcorrer do exercício de 2014, teve uma forte atuação nos programas por ela executados, com destaque para os que se seguem:

2.1 NA FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

Adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, pelos preços mínimos estabelecido ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração dos estoques é realizada pela Conab, de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado e garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

AQUISIÇÕES REALIZADAS EM 2014

PRODUTO	QUANTIDADE ADQUIRIDA			
	FISICA		FINANCEIRA	
	TONELADA	%	R$MIL	%
Café	**18**	**0,01**	**74**	**0,05**
Feijão	**64.875**	**42,39**	**97.082**	**63,19**
Milho	**73.158**	**47,80**	**48.117**	**31,32**
Trigo	**15.000**	**9,80**	**8.363**	**5,44**
TOTAL	**153.051**	**100,00**	**153.636**	**100,00**

2.2 NA COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

Vendendo, por meio de pregão eletrônico, os estoques reguladores e estratégicos, levando-se em conta as necessidades de cada região, inclusive em áreas de ocorrência de alta de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos. Durante o exercício foram comercializados, via pregão eletrônico, 558.431 toneladas de produtos agrícolas, envolvendo recursos financeiros da ordem de R$389.058 mil.

COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS VIA PREGÃO ELETRÔNICO - 2014

PRODUTO	QUANTIDADE VENDIDA			
	FISICA		FINANCEIRA	
	TONELADA	%	R$MIL	%
Arroz	557.600	99,85	388.800	99,93
Milho	831	0,15	258	0,07
TOTAL	**558.431**	**100,00**	**389.058**	**100,00**

2.2.1 PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO

Ainda no que concerne à comercialização dos estoques públicos, a Conab, através do Programa intitulado de Vendas em Balcão, promove a venda direta de milho dos estoques aos pequenos bovinocultores, suinocultores, avicultores, granjeiros e moinhos coloniais, garantindo a oferta dos estoques governamentais nas respectivas regiões, e a um preço que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

Os efeitos da pior seca dos últimos 50 anos na Região Nordeste exigiram da Conab a intensificação de suas ações naquela área, fornecendo milho aos pequenos produtores, a preços inferiores aos de mercado. Por meio de mais de uma centena de pólos de atendimento, foram comercializadas, na Região Nordeste, 203.590 toneladas de milho, envolvendo o atendimento de 228.048 pequenos produtores cadastrados.

COMERCIALIZAÇÃO DE MILHO - PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO - 2014

	QUANTIDADE VENDIDA		CLIENTE ATENDIDOS	
	TONELADA	%	N.º	%
Norte	7.977	2,84	8.536	3,18
Nordeste	203.590	72,45	228.048	85,07
Centro Oeste	13.986	4,98	7.236	2,70
Sudeste	21.833	7,77	16.606	6,19
Sul	33.637	11,97	7.660	2,86
TOTAL	**281.023**	**100,00**	**268.086**	**100,00**

Nas demais regiões foram comercializadas 77.433 toneladas, atendendo 40.038 pequenos agricultores. No âmbito Brasil, a comercialização de milho através do Programa de Vendas em Balcão atingiu 281.023 toneladas em 2014, beneficiando 268.086 pequenos agricultores. Sob o ponto de vista financeiro, o volume comercializado atingiu o montante de R$101.171 mil.

2.3 NA MOVIMENTAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

Promovendo o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado e sujeitas a movimentos especulativos. No transcorrer do exercício foram removidas para diversas regiões do País aproximadamente 513.780,3 toneladas de produtos.

2.4 NA GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS

2.4.1 PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR RURAL - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou a sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

PEPRO - EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2014

PRODUTO	QUANTIDADE ESCOADA		% SOBRE PROD. TOTAL
	VOLUME	R$MIL	
Algodão	905.300 t	243.600	52,00
Borracha	4.800 t	2.600	2,80
Milho	5.800 t	255.500	7,50
Trigo	794.800 t	81.400	13,50
Laranja	18.800.000 cxs	47.100	6,80
TOTAL		**630.200**	

2.4.2 PRÊMIO PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO - PEP

Instrumento de política agrícola, que se constitui em uma subvenção econômica, a ser arrematada em leilão público, em que o produtor e/ou cooperativa se disponham a comercializar seus produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo. No exercício de 2014 não houve operação relacionada ao PEP.

2.4.3 VALOR DE ESCOAMENTO DO PRODUTO - VEP

Representa o valor pago a um segmento consumidor definido (bovinocultores, suinocultores, avicultores, caprinocultores e indústrias de ração), que adquire estoques governamentais e se dispõe a escoá-los para a região de consumo estabelecida em edital de venda. O valor da subvenção é negociado por intermédio de leilão público.

2.4.4 SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES DE CANA DE AÇÚCAR E ETANOL

Subvenção concedida aos produtores e fornecedores independentes de cana de açúcar e às Unidades Industriais produtoras de Etanol Combustível, com produção localizada na Região Nordeste.

No transcorrer do exercício de 2014 foi promovido o pagamento de subvenção econômica da ordem de R$333.659 mil, sendo R$92.172 mil aos Produtores de Cana de Açúcar e R$241.487 mil as Unidades Produtoras de Etanol Combustível.

2.4.5 SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO AO EXTRATIVISMO - 2014

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUTO/SUBVENÇÃO PAGA - R$ MIL				
	BABAÇU	BORRACHA	MACAUBA	PIAÇAVA	TOTAL
Acre	3	269			272
Amazonas	62	985		47	1.094
Maranhão	3.154				3.154
Minas Gerais			4		4
Mato Grosso		38			38
Pará		214			214
Rondônia		96			96
TOTAL	**3.219**	**1.602**	**4**	**47**	**4.872**

2.5 NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA

Com a responsabilidade pela execução das ações diretas do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAA, por força de convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS o do Desenvolvimento Agrário – MDA. O PAA constitui-se em uma ação estruturante do Programa Brasil sem Miséria, no que se refere ao incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, em particular na comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e reduzindo os preços dos alimentos. Compreende, também, ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários adquiridos junto ao público alvo às populações carentes.

2.5.1 COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2014

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS /FORNECEDORES
	TONELADAS	R$MIL	
MDS	3.870,8	19.757	2.810
TOTAL	**3.870,8**	**19.757**	**2.810**

2.5.2 APOIO À FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de “A” a “E” do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

APOIO À FORMAÇÃO DOS ESTOQUES PELA AGRICULTURA FAMILIAR - 2014

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS /FORNECEDORES
	TONELADAS	R$MIL	
MDA	24.180,8	31.801	4.559
TOTAL	24.180,8	31.801	4.559

2.5.3 COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CDS

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional.

COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - 2014

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS /FORNECEDORES
	TONELADAS	R$MIL	
MDS	150.551,5	286.447	43.859
TOTAL	**150.551,5**	**286.447**	**43.859**

RESUMO DA EXECUÇÃO DO PAA POR REGIÃO - 2014

REGIÃO	N.º DE AGRICULTORES	N.º DE PROJETOS	QUANTIDADE (t)	VALOR APLICADO R$ MIL
Norte	5.930	141	19.639,5	37.861
Nordeste	12.096	326	40.518,4	79.993
Sudeste	19.542	445	69.757,4	128.709
Sul	8.819	92	34.139,2	60.286
C. Oeste	4.841	131	14.548,6	31.155
TOTAL	**51.228**	**1.135**	**178.603,1**	**338.004**

EXECUÇÃO POR CATEGORIA DO FORNECEDOR

CATEGORIA	N.º DE FORNECEDORES		PARTICIPAÇÃO %
Agricultor Familiar	**33.377**		**65,15**
Pescador Artesanal	**1.003**		**1,96**
Assentado	**12.952**		**25,28**
Quilombola	**1.131**		**2,21**
Indígena	**335**		**0,65**
Atingido por Barragem	**39**		**0,08**
Agroextrativista	**2.391**		**4,67**
TOTAL	**51.228**	**0,0**	**100,00**

2.6 NO PROGRAMA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS

Inserido no contexto das ações estratégicas do Programa Brasil sem Miséria, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional mediante a garantia das populações carentes o acesso à alimentação, não só internamente, como também no contexto de países com necessidades de ajuda humanitária.

2.6.1 DOAÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS

Visa garantir, de forma regular, um composto de alimentos a grupos populacionais específicos e em situação de insegurança alimentar e nutricional.

DOAÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS POR REGIÃO - 2014

CATEGORIA	FAMILIAS BENEFICIADAS		VOLUME DISTRIBUÍDO	
	N.º	%	t	%
Norte	**44.190**	**13,66**	**4.208**	**12,63**
Nordeste	**181.118**	**56,00**	**17.246**	**51,74**
Centro Oeste	**39.506**	**12,21**	**4.169**	**12,51**
Sudeste	**37.013**	**11,44**	**4.201**	**12,60**
Sul	**21.601**	**6,68**	**3.505**	**10,52**
TOTAL	**323.428**	**100,00**	**33.329**	**100,00**

2.6.2 DOAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objetiva suplementar a oferta de alimentos a Entidades Públicas e as de interesse social, com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional. Os produtos são originários de aquisições da Agricultura Familiar e de saldos remanescentes dos estoques estratégicos.

DOAÇÕES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2014

REGIÃO	QUANTIDADE DOADA	
	t	%
Norte	**414**	**6,50**
Nordeste	**1.349**	**21,18**
Sudeste	**595**	**9,34**
Sul	**766**	**12,03**
Centro Oeste	**3.245**	**50,95**
TOTAL	**6.369**	**100,00**

2.6.3 AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

A Conab participa, de forma ativa, da assistência humanitária, por meio de doação de alimentos dos estoques públicos, a países em situação de vulnerabilidade sócio-econômica e de insegurança alimentar, como também em decorrência de calamidades públicas. O volume de doação em 2014 totalizou 12.100 toneladas.

AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL - 2014

REGIÃO/PAÍS	QUANTIDADE DOADA	
	t	%
Cisjordânia	**452**	**3,74**
Gaza	**7.071**	**58,44**
Nicarágua	**600**	**4,96**
Líbano	**795**	**6,57**
Síria	**2.451**	**20,26**
Jordânia	**731**	**6,04**
TOTAL	**12.100**	**100,00**

2.7 NA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM

Dispondo de uma rede de 98 complexos armazenadores, com capacidade estática de aproximadamente 2.200.000 de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva no atendimento ao mercado em geral, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais.

De conformidade com a Lei N.º 12.873, de 24 de outubro de 2013, a Conab promoveu a contratação do Banco do Brasil S/A, objetivando a execução, por meio licitatório na modalidade de RDC, dos serviços de reforma e ampliação de 80 armazéns e construção mais dez, objetivando modernizar e ampliar a capacidade estática do parque armazenador da Conab. O projeto envolve recursos da ordem de R$467.000 mil. com elevação da capacidade estática em 685.000 toneladas.

Além de sua rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por aproximadamente 17.500 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 150.063.714 toneladas, além de realizar estudos relativos às perdas em armazenagem (em parceria com o CNPQ) e disponibilizar informações sobre estoques privados e outras iniciativas de interesse do setor. A propósito, em 2014 a Conab firmou acordo de cooperação com o CNPQ, tendo como objeto a promoção de estudos sobre perdas pós-colheita.

2.8 NA FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2014 contaram com mais de uma centena de fiscais, que realizaram a vistoria quantiqualitativa em 1.946 armazéns, englobando 99,71% dos estoques públicos, visando avaliar as condições de manutenção e conservação dos estoques, assim como identificar eventuais perdas e desvios.

O processo de fiscalização vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios, situando-se atualmente em 0,30%, sobre um volume fiscalizado cumulativamente de 14.368.713 de toneladas.

Em 2014 foram intensificadas as ações de fiscalização no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, contemplando 376 projetos, 1.977 produtores, 1.249 entidades beneficiárias e 188 Entidades Parceiras, tendo sido utilizado nessas operações um contingente de 146 fiscais.

Cumpre destacar as inspeções realizadas nas operações de Garantia e Sustentação de Preços, envolvendo os instrumentos PEP, VEP, PEPRO e Subvenção ao Extrativismo, totalizando 1.673 vistorias em propriedades rurais.

A propósito, mencione-se o baixo nível médio de despesa *per capita* por vistoria pela Conab, que atingiu o patamar de aproximadamente R$300,00.

Por último, mencione-se as ações de fiscalização promovidas pela Conab nas operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural. A Resolução n.º 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR faculta ao Mapa ou à Conab fiscalizar, *in loco*, todas as fases e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

As ações executadas pela Conab envolvem, entre outros aspectos, a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos Laudos de Fiscalização em cada propriedade. Em 2014, foram vistoriadas 1.848 propriedades rurais beneficiárias do Prêmio.

2.9 NA ORGANIZAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS VAREJISTAS

Por meio do programa denominado de “Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP”, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de proporcionar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro.

Essa iniciativa tem ainda como objetivo básico a melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local.

ESTRUTURA DA REFAP - 2014

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	N.º DE VAREJISTAS FILIADOS	CENTRAIS DE NEGÓCIOS	
		SOB GESTÃO	EM FORMAÇÃO
Amazonas	**19**	**0**	**1**
Bahia	**34**	**1**	**0**
Ceará	**28**	**1**	**1**
Maranhão	**20**	**0**	**1**
Paraíba	**95**	**5**	**0**
Pernambuco	**142**	**1**	**4**
Piauí	**77**	**1**	**3**
TOTAL	**415**	**9**	**10**

2.10 NO FOMENTO AO SETOR DE HORTIGRANJEIRO

Instituído pela Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT tem por finalidade fomentar o desenvolvimento do setor, mediante a atuação da Conab com os Estados, Municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

O objetivo do programa é no sentido de que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização nas fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, buscando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte, a preservação da qualidade dos produtos e a segurança alimentar e nutricional das populações.

Atualmente o PROHORT disponibiliza as seguintes ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização nas Centrais de Abastecimento:

- ***Preços diários e médios*** de comercialização dos 48 principais produtos comercializados em 46 mercados atacadistas
- ***Sistema de Informações Setoriais de Comercialização – Siscom***, que contém informações sobre a movimentação física e financeira dos Mercados Atacadistas em 19 Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos.
- ***Sistema de Informações de Mercados Atacadistas do Brasil - Simab***, que disponibiliza informações sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização, com possibilidade de elaboração de gráficos de tendências, mapas e análises de maior profundidade.

Mencione-se que, durante o exercício de 2014, as Centrais de Abastecimento - Ceasas comercializaram aproximadamente 15.100.000 toneladas de produtos hortigranjeiros, envolvendo recursos financeiros da ordem de R$27.700.000 mil.

2.11 NA PESQUISA E AVALIAÇÃO DE SAFRAS

A Conab realiza sistematicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

Os resultados dessa iniciativa, disponibilizados para toda a sociedade, subsidiam o governo, os agentes econômicoas e os consumidores na tomada de decisões, notadamente nas áreas econômica, social, ambiental e política. No transcorrer de 2014, a Conab promoveu a divulgação de doze estimativas de safras.

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras – que abrange a safra de grãos, café, cana de açúcar e laranja –, além do contato direto com os agentes envolvidos, é realizado por meio de geotecnologias e acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo.

Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implantação do Projeto Geosafras. São levantadas informações relativas à área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas, evolução das culturas desde o preparo do solo até a colheita, tecnologias utilizadas pelos produtores, influências climáticas, entre outras variáveis julgadas relevantes para o setor.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, vias de transportes, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda no contexto do levantamento e avaliação de safras, mencione-se a reavaliação e atualização das metodologias de “Elaboração de Custos de Produção”, “Coleta e Tratamento de Informações sobre Preços” e “Método Estatístico de Estimativa de Produtividade”.

Outros projetos estão sendo elaborados para implantação no período 2015/2019, a exemplo da “implantação de um observatório agrícola”, “análise conjuntural e estrutural da produção sob a ótica dos custos de produção” e “inovação do processo de monitoramento de safra”.

2.12 NA DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS E INFORMAÇÕES

O desafio da agricultura, do abastecimento e da segurança alimentar, no contexto do macroprocesso produção-circulação-distribuição-consumo, vem exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento da inteligência nas organizações que lidam com esses segmentos, e que envolvem aspectos de natureza política, ambiental, econômico e social, que sustentam a criação de oportunidades de investimentos produtivos, como também subsidiam a tomada de decisões dos agentes públicos e privados.

A formação dessa inteligência deve passar, inexoravelmente, pela coleta, tratamento, análise e divulgação das informações. A continuidade, consistência e transparência dessas variáveis é que proporciona a credibilidade e contribui para o desenvolvimento das instituições e da cidadania.

Essa é uma preocupação manifestada pelos diversos organismos e instituições internacionais, a exemplo da FAO e G20, com os aspectos qualitativos das informações agrícolas, o que vem a exigir o fortalecimento das instituições responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento relacionados ao setor agrícola.

A Conab, consoante as suas responsabilidades estatutárias, promove a geração de informações e do conhecimento no âmbito do setor agrícola e do abastecimento. A propósito, cumpre asseverar que a informação agrícola é fator crítico, porquanto está relacionado às questões de segurança alimentar sob o ponto de vista nutricional.

Dentro desse contexto, promove a coleta, análise e a divulgação de informações relativas aos setores agrícolas e de abastecimento. Como exemplo, mencione-se a base de dados de quase 11.700 séries de preços de produtos agropecuários, insumos e de índices de produção e de exportação.

A manutenção e disponibilização dessa matriz exigem o acompanhamento sistemático das informações e das oscilações de mercado. No contexto de sua política de democratização e transparência, a Conab disponibiliza *on-line,* em seu sítio, informes sobre preços de insumos, preços mínimos, preços praticados pela Agricultura Familiar e os de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF.

A Conab promove a divulgação, por meio da revista “Indicadores da Agropecuária”, de informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outras informações relevantes.

Todo esse trabalho é sustentado por metodologias reconhecidas, de forma a gerar informações e conhecimentos consistentes, isentos e atualizados. A propósito, em 2014 foram consolidadas as adequações na metodologia de pesquisa de preços implantada em 2012, objetivando a padronização, atualização e modernização dos métodos de coleta, tratamento e divulgação das informações.

A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícola e de abastecimento, tais como, séries históricas de preços de produtos agropecuários e insumos, indicadores econômicos, balança comercial do agronegócio com mais de 2.000 itens da NCM – Nomenclatura de Comércio do Mercosul, acompanhamento dos principais produtos exportados e importados, índices de preços recebidos pelos produtores, informações gerenciais sobre os instrumentos de sustentação de preços e de escoamento de produtos, análise conjunturais relativas a diversos produtos no mercado nacional e internacional, entre outros.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2014.

Conab
Companhia Nacional de Abastecimento
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

ATIVO	NOTA	VALORES EM R$ MIL 2014	2013
CIRCULANTE		**2.721.109**	**3.483.015**
DISPONÍVEL		**1.201**	**1.125**
Aplicações Financeiras		1.201	1.125
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		**577.305**	**995.570**
CRÉDITOS A RECEBER		**563.581**	**887.246**
Devedores por Fornecimento	**5**	9.621	10.951
Créditos Tributários	**6**	280.142	260.853
Recursos a Receber	**7**	220.127	456.933
Créditos Diversos a Receber	**8.1**	53.691	158.509
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	**9.1**	**433**	**101.773**
Entidades Devedoras		0	1.114
Créditos Parcelados		433	174
Recursos da União		0	100.485
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		**13.291**	**6.551**
Adiantamentos a Pessoal		7.665	6.551
Adiantamentos a Unidades e Entidades		5.626	0
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	**11**	**2.142.559**	**2.486.257**
Estoques para Alienação		1.694.206	1.977.608
Estoques de Distribuição		177	230
Estoques Internos - Almoxarifado		1.752	1.705
Títulos e Valores em Circulação		12	491
Materiais em Trânsito		2.080	8.105
Compra Antecipada - Entrega Futura		444.332	498.118
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		**44**	**63**
Valores Pendentes		44	63
NÃO - CIRCULANTE		**934.965**	**684.880**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**672.635**	**441.221**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		**139.495**	**143.907**
Recursos Vinculados	**10**	139.495	143.907
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		**533.140**	**297.314**
Devedores - Entidades e Agentes	**9.2**	8.429	197
Créditos Diversos a Receber	**8.2**	524.711	297.117
INVESTIMENTOS		**71.410**	**73.603**
Participações Societárias		27.803	27.803
Outros Investimentos		43.607	45.800
IMOBILIZADO		**190.625**	**170.014**
Bens Imóveis		330.989	303.093
Bens Móveis		95.768	86.022
Depreciações		**-236.132**	**-219.101**
INTANGÍVEL		**295**	**42**
TOTAL		**3.656.074**	**4.167.895**

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R$ MIL 2014	2013
CIRCULANTE	**12**	**3.252.529**	**3.768.704**
DEPÓSITOS	**12.5**	**9.691**	**38.678**
CONSIGNAÇÕES		**71**	**7.111**
Previdência Social - INSS		13	0
Pensão Alimentícia		0	1
Tributos do Tesouro Nacional		42	0
Tesouro Estadual e Municipal		15	0
Planos de Seguros		0	233
Empréstimos		0	546
Outros Tributos Taxas e Consignações		1	6.331
RECURSOS DA UNIÃO		**57**	**12.516**
Recursos Fiscais		33	4.537
Recursos Previdenciários		24	7.979
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		**9.563**	**19.051**
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		**3.242.838**	**3.730.026**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**12.1**	**54.541**	**660.150**
Fornecedores		38.395	640.309
Pessoal a Pagar		589	308
Encargos Sociais a Recolher		3.598	14.705
Obrigações Tributárias		1.034	1.004
Recursos Especiais a Liberar		1.668	0
Débitos Diversos a Pagar		7.897	3.824
Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	**15**	1.360	0
PROVISÕES	**12.2**	**260.161**	**244.867**
Provisão para Férias		48.525	41.580
ICMS s/Mercadorias para Revenda		0	295
Provisão para ICMS		46.469	46.469
Provisão para Contingências	**4.12**	134.686	131.122
Provisão para INSS		9.251	9.251
Provisão para IRPJ e CSLL	**14**	3.522	599
Encargos Sociais sobre Provisões		17.708	15.551
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**12.3**	**581.003**	**601.813**
Entidades Credoras		581.003	601.813
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**12.4**	**2.315.545**	**2.208.062**
Operações Especiais		2.315.545	2.208.062
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	**12.5**	**31.558**	**10.296**
Adiantamentos de Clientes		31.558	10.296
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS		**0**	**9**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**12.5**	**30**	**12**
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		**0**	**4.817**
NÃO - CIRCULANTE		**1.685**	**1.685**
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO		**722**	**722**
Depósitos e Cauções		722	722
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO		**963**	**963**
OBRIGAÇÕES A PAGAR		**963**	**963**
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores		2	2
Entidades Federais		961	961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17**	**401.860**	**397.506**
Capital		**302.801**	**302.801**
RESERVAS		**99.059**	**94.705**
Reservas de Lucros		99.059	94.705
TOTAL		**3.656.074**	**4.167.895**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
SALDO EM 01/01/2013	**302.801**	**0**	**0**	**0**	**18.526**	**60.155**	**0**	**0**	**405.144**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES								138	138
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO							-7.776	0	-7.776
RESERVAS DE RET. DO LUCRO EXERC.ANTERIOR						138		-138	0
RESERVAS DE RET. DO LUCRO DO EXERCÍCIO						-7.776	7.776	0	0
SALDO EM 31/12/2013	**302.801**	**0**	**0**	**0**	**18.526**	**52.517**	**0**	**0**	**397.506**
SALDO EM 31/12/2013	**302.801**	**0**	**0**	**0**	**18.526**	**52.517**	**0**	**0**	**397.506**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							5.714		5.714
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						4.068	-4.068		0
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					286		-286		0
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-1.360		-1.360
SALDO EM 31/12/2014	**302.801**	**0**	**0**	**0**	**18.812**	**56.585**	**0**	**0**	**401.860**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R$ MIL 2.014	2.013
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	**19.1**	**525.274**	**787.930**
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		**503.746**	**765.171**
Vendas Estoques Estratégicos		314.481	271.852
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		189.265	493.317
Vendas Atacado - Outros		0	1
Adição à Receita de Vendas		0	1
RECEITA DE SERVIÇOS		**21.528**	**22.759**
Serviços de Armazenagem		21.520	22.735
Outros Serviços		8	24
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	**19.2**	**14.540**	**16.729**
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		**510.734**	**771.201**
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**19.3**	**799.478**	**1.186.269**
CMV - Estoques Estratégicos		546.992	593.393
CMV - Estoques Reguladores-PGPM		252.483	592.743
CMV - Atacado e Outros		3	133
(+/-)ARREDONDAMENTOS		**-4**	**-38**
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	**11.1**	**-218.390**	**-433.962**
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**19.4**	**-70.350**	**18.932**
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	**19.5**	**980.648**	**871.976**
(-)DESPESAS DE PESSOAL		**717.471**	**619.753**
Vencimentos e Vantagens Fixas		442.893	398.219
Obrigações Patronais		164.503	146.925
Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil		34.179	30.360
Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios		75.896	44.249
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		**263.177**	**252.223**
Despesas/Receitas Financeiras		-112	720
Contrib.a Entid.Fechadas de Previdência		19.124	31.534
Transferências ao Exterior		0	686
Material de Consumo		5.539	5.748
Diárias-Pessoal Civil		10.152	10.711
Passagens e Desp.com Locomoção		3.613	4.729
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		2.298	2.703
Locação de Mão-de-Obra		30.727	26.085
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		105.959	101.946
Obrigações Tributárias e Contributivas		37.288	12.825
Aquisições de Bens para Revenda		0	-2
Outras Despesas Operacionais		48.589	54.538
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**19.6**	**1.053.658**	**840.831**
Transferências Financeiras		794.039	702.985
Multas e Encargos de Outras Origens		4.884	4.021
Indenizações e Restituições		100.940	113.911
Receitas Imobiliárias		6.607	5.833
Receitas de Valores Mobiliários		0	7
Receitas Diversas		147.188	14.074
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA		**0**	**0**
RESULTADO OPERACIONAL		**2.660**	**-12.213**
OUTROS RESULTADOS		**6.576**	**5.036**
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS		**4.976**	**4.219**
Alienação de Bens Móveis		-413	-490
Alienação de Bens Imóveis		5.009	4.181
Depreciação - Reversão		380	528
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		**-1.600**	**-817**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**9.236**	**-7.177**
Provisão para Imposto de Renda		2.571	436
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro		951	163
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**16**	**5.714**	**-7.776**
LUCRO POR AÇÃO		**3,07**	**-4,18**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL 2014	%	2013	%
1.RECEITAS	**531.850**	**64,38**	**792.965**	**115,97**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	525.274	63,58	787.930	115,23
1.2 - Outros Resultados	6.576	0,80	5.035	0,74
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**741.882**	**89,81**	**932.528**	**136,38**
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	585.438	70,87	771.095	112,77
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	156.444	18,94	161.433	23,61
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**-210.032**	**-25,42**	**-139.563**	**-20,41**
4.RETENÇÕES	**17.638**	**2,14**	**17.582**	**2,57**
4.1 - Depreciação e Amortização	17.638	2,14	17.582	2,57
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**-227.670**	**-27,56**	**-157.145**	**-22,98**
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**1.053.770**	**127,56**	**840.909**	**122,98**
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	1.053.770	127,56	840.909	122,98
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	**826.100**	**100,00**	**683.764**	**100,00**
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**826.100**	**100,00**	**683.765**	**100,00**
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	766.912		676.838	
Total	**766.912**	**92,84**	**676.838**	**98,99**
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	51.287	6,21	11.701	1,71
Total	**51.287**	**6,21**	**11.701**	**1,71**
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	2.187	0,26	3.002	0,44
Total	**2.187**	**0,26**	**3.002**	**0,44**
8.4 - Acionistas				
8.4.4 - Juros sobre o Capital Próprio	1.360	0,16	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	4.354	0,53	-7.776	-1,14
Total	**5.714**	**0,69**	**-7.776**	**-1,14**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R$ MIL 2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL		**9.236**	**-7.177**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais		**26.562**	**34.968**
Depreciações e Amortizações		17.052	17.067
Aumento (Redução) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber		-121.446	122.475
Aumento nos Créditos Tributários		-19.259	-5.529
Redução (Aumento) nos Recursos Fiscais e Previdenciários		-23.512	-8.070
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional		236.806	-162.917
Aumento Redução) nos Valores a Receber de Ent. e Agentes Devedores		93.107	313.641
Aumento (Redução) em Pessoal e Encargos		-843	12.449
Aumento (Redução) nos Valores Pendentes a Curto Prazo		-4.797	4.805
Redução (Aumento) nas Operações Especiais - Estoques Públicos		451.181	-457.753
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores		-603.250	457.626
Redução nos Depósitos e Cauções		-9.488	-8.498
Aumento nas Provisões		12.372	10.567
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-599	-373
Redução nas Entidades Credoras		-20.810	-246.417
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes		15.636	-9.171
Aumento Redução) nos Recursos Vinculados		4.412	-4.934
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**18.1**	**35.798**	**27.791**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Desincorporação de Outros Investimentos		2.193	4.656
Aplicações no Imobilizado e Intangível		-37.915	-16.011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**18.2**	**-35.722**	**-11.355**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		0	-16.512
Outros Resultados Abrangentes		0	138
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**0**	**-16.374**
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		**76**	**62**
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**18.3**	**76**	**62**
No Início do Exercício		1.125	1.063
No Final do Exercício		1.201	1.125

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2014

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	14	Provisão para IRPJ e CSLL
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	15	Juros Sobre Capital Próprio
03	Alterações na Legislação Societária	16	Resultado Líquido do Exercício
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	17	Patrimônio Líquido
05	Devedores por Fornecimento	18	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
06	Créditos Tributários	19	Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
07	Recursos a Receber	20	Demonstração do Valor Adicionado - DVA
08	Contas a Receber	21	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
09	Devedores – Entidades e Agentes	22	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Recursos Vinculados	23	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Bens e Valores em Circulação	24	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Endividamento	25	Termos de Execução Descentralizada – TED
13	Contingências, Compromissos e Responsabilidades		

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 98 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força da Decisão Normativa – DN/TCU nº 140, de 15 de outubro de 2014, a Conab apresentará Processo de Contas individual.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

NOTA 3 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*".

NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2014, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos**,** sujeitos à legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, no exercício de 2014, não foi efetuado o teste de recuperabilidade dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição deles, decorrente de ajuste patrimonial.

4.10 Reconhecimento da Receita:

4.10.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.11 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R$134.686 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas, amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e também, o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009.

O saldo existente agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as possíveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2015.

4.12 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

NOTA 5 DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R$9.621 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA 6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2014	2013
ICMS a Compensar	279.968	260.672
IRRF a Compensar	33	44
Contribuições e Outros Impostos	141	137
Total de Créditos Tributários Circulante	**280.142**	**260.853**

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 7 RECURSOS A RECEBER

O montante de 220.127 mil, referente a recursos a receber está assim representado:

7.1 Limite de Saque com vinculação de Pagamento

O total de R$164.341 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2015, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Execução Descentralizada – TED.

7.2 Recursos a Receber por Transferências – Termo de Execução Descentralizada - TED

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6.3 – Encerramento do Exercício, subitem 6.3.1.3.1, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$55.786 mil, relativo aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente para pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com a seguinte composição:

- R$1.251 mil, a ser repassado pela Unidade Orçamentária e Financeira/COPEC/STN/MF, para pagamento da Subvenção Extraordinária da Cana de Açúcar e Etanol.
- R$5.671 mil, a serem repassados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA, para aquisição de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.
- R$48.864 mil, a serem repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS, para aquisição e doações de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.

7.3 Recursos a Receber para Pagamento de RP – Inscrição

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6.3 – Encerramento do Exercício, subitem 6.3.1.6, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$316.450 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R$174.640 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2014, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e construções e reformas de unidades armazenadoras, conforme contrato firmado com o Banco do Brasil S/A, a pagar no exercício seguinte;
- R$28.341 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2014, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R$113.469 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2015;

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA".

NOTA 8 CONTAS A RECEBER

O total de R$578.402 mil, representa a composição dos créditos a receber no curto e longo prazo, compostos por créditos de alienações de bens patrimoniais, créditos por cessão de pessoal, com ônus a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por acertos financeiros com empregados e ex-empregados, alusivos aos reembolsos de serviços de assistência à saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, pendentes de decisão judicial, em decorrência dos registros contábeis do alinhamento dos processos judiciais com o contas a receber, efetuados no mês de outubro/2014, títulos a receber a longo prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

8.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2014	2013
Créditos por Cessão de Pessoal	392	284
Créditos por Alienação	7.593	8.453
Créditos p/Acerto Financeiro c/Servidores	19.754	17.043
Créditos p/Infrações Legal/Contratual e Outros	25.952	132.729
Subtotal – Circulante	**53.691**	**158.509**

8.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2014	2013
Créditos por Alienação de Bens	47.107	52.565
Títulos a Receber	2.994	15.289
Outros Créditos	785	899
Créditos a Receber em Poder da Justiça	4.560	46.179
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	464.340	174.058
Créditos por Infrações Legal/Contratual	4.925	8.127
Subtotal – Não Circulante	524.711	297.117
Total – (Circulante + Não Circulante)	**578.402**	**455.626**

NOTA 9 DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazos a receber, referente a acordos firmados por meio de processos administrativos, para recebimentos de débitos relativos a multas aplicadas por atraso na entrega de produtos, aluguéis e outros, apresentando a seguinte composição:

9.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício 2014	2013
Entidades Devedoras - Federais	0,0	1.114
Créditos Parcelados	433	174
Recursos da União - Equalização	0,0	100.485
Total – Circulante	**433**	**101.773**

9.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
Entidades Federais	0,0	0,0
Créditos Parcelados	8.367	135
Créditos a Recuperar	62	62
Total – Não Circulante	**8.429**	**197**

NOTA 10 RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R$139.495 mil.

NOTA 11 BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos da Agricultura Familiar (adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF), produtos para doação – Brasil sem Miséria e, ainda, adiantamentos para as modalidades Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e Compra com Doação Simultânea – CDS.

O total de R$444.332 mil, representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 a 2014, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produto. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade "Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar", instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira. Por meio da Medida Provisória nº 636, de 26/12/2013, convertida na Lei nº 13001, de 20/06/2014, foi autorizada a remissão das dívidas referentes às operações contratadas entre 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2004, cujo valor originalmente contratado seja de até R$2.500,00, por operação.

Em 31 de dezembro de 2014 os estoques apresentam a seguinte composição:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
Estoques de Mercadorias	1.694.206	1.977.608
Estoques de Distribuição	177	230
Estoques de Almoxarifado/Títulos e Valores	1.764	2.196
Materiais em Trânsito	2.080	8.105
Compra Antecipada - CPR	444.332	498.118
Total	**2.142.559**	**2.486.257**

11.1 – Equalização de Preços

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil desse prejuízo, na conta de débito de operações governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2014, as equalizações totalizaram R$218.390 mil, que foi sensibilizada a partir do mês de outubro de 2014, em decorrência do alinhamento dos registros contábeis com os valores dos processos judiciais. A equalização do mês de outubro de 2014, foi de R$3.056 mil e não houve ocorrência de apuração nos meses subsequentes.

NOTA 12 ENDIVIDAMENTO

Até o mês de dezembro/2014, as obrigações circulante, totalizaram o montante de R$3.252.529 mil, com a seguinte composição:

12.1 – Obrigações a Pagar

O total de R$54.541 mil, refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, referentes a aquisições de produtos, pagamento de subvenção da cana-de-açúcar e etanol, encargos sociais a recolher, obrigações tributárias, recursos especiais a liberar, juros sobre capital próprio a pagar (Vide Nota 15) e outros, que serão pagos em parte, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

Destacamos nesse grupo o valor de R$1.668 mil, registrado de acordo com os procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 item 6.3 – Encerramento do Exercício, subitem 6.3.1.3.1, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, relativo ao termo de Execução Descentralizada – TED, firmado entre a Conab e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico – CNPq, para pagamento de restos a pagar processados, referente ao processo Conab número 2127/2012, com o objetivo de promover estudos de perdas quantitativas e qualitativas no transporte e na pós-colheita de grãos.

12.2 – Provisões

O total de R$260.161 mil, representa as provisões constituídas para IRPJ e CSLL (Vide Nota 14), para Contingências (ações cíveis, trabalhistas e tributárias, Vide Nota 13), férias e respectivos encargos sociais e outras.

12.3 – Credores - Entidades e Agentes

O total de R$581.003 mil, refere-se aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA, garantidos pelos estoques e Cédula do produtor Rural - CPR.

12.4 – Operações de Crédito

O total de R$2.315.545 mil, refere-se ao registro das transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, e serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recuperação dos créditos.

12.5 – Outras Obrigações

O total de R$41.279 mil, refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções, adiantamentos recebidos de Clientes e outras.

NOTA 13 CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- ***Trabalhistas:*** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporações de funções gratificadas e outros.
- ***Tributárias*:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- ***Cíveis:*** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa	
	2014	2013
Cível	67.044	61.947
Trabalhista	53.131	61.739
Tributária	1.591	5.505
Total	**121.766**	**129.191**

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- ***Cíveis:*** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- ***Trabalhistas:*** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- ***Tributárias*:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa	
	2014	2013
Cível	184.426	267.976
Trabalhista	81.670	107.987
Tributária	95.893	117.955
Total	**361.989**	**493.918**

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- ***Cível*:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- ***Trabalhista:*** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- ***Tributária:*** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa	
	2014	2013
Cível	1.838.063	1.838.126
Trabalhista	223	223
Tributária	40	40
Total	**1.838.326**	**1.838.389**

NOTA 14 PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2014, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, sendo a Provisão para o IRPJ no valor de R$2.571 mil e a Provisão para CSLL no valor de R$951 mil.

NOTA 15 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art. 9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R$1.360 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

NOTA 16 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representadas com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2014, a Companhia apurou o lucro líquido de R$5.714 mil.

NOTA 17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 - Reserva Legal: De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R$285 mil.

17.3 - Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R$4.068 mil, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

NOTA 18 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e Pronunciamento Contábil CPC nº 03/2008, a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

18.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Em 31 de dezembro de 2014, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais apresentou o saldo de R$35.798 mil, representado pelo resultado das variações apresentadas no exercício, das principais atividades da Conab.

18.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: O valor negativo de R$35.722 mil, apresentado em 31 de dezembro de 2014, representa aplicações no imobilizado, intangível e investimentos.

18.3 - Variação nas Disponibilidades O valor de R$76 mil, refere-se a variação das aplicações financeiras de curto prazo, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício e concentram-se em fundos extramercado.

NOTA 19 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

19.1 - Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, dos estoques Mercado de Opção – MO, das receitas com armazenagem de produtos de terceiros e outras e estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
Vendas Estoques Estratégicos	314.481	271.852
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	189.265	493.317
Vendas Atacado - Outros	0	1
Adição à Receita de Vendas	0	1
Serviços de Armazenagem	21.520	22.735
Outros Serviços	8	24
Total	**525.274**	**787.930**

19.2 - Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram de R$14.540 mil e 16.729 mil, respectivamente.

19.3 - Custo das Mercadorias Vendidas

Representam as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
CMV Estoques Estratégicos	546.992	593.393
CMV Estoques Reguladores - PGPM	252.483	592.743
CMV Atacado e Outros	3	133
Adição à Receita de Vendas	0,00	1
Total	**799.478**	**1.186.269**

19.4 – Lucro Bruto Operacional

Em 31 de dezembro de 2014, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo negativo de R$70.350 mil, em decorrência da redução da equalização a partir do mês de outubro/2014 (Vide Nota 11.1).

19.5 – Despesas Operacionais

Compreendem as despesas realizadas com os gastos necessários para manutenção da atividade da Conab, incluindo as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, apresentando a seguinte composição:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
Despesas de Pessoal	717.471	619.753
Despesas Comerciais e Administrativas	263.177	252.223
Total	**980.648**	**871.976**

19.6 – Receitas Operacionais Diversas

Esse grupo representa as receitas decorrentes das operações normais da Conab, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e dos estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, conforme segue:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2014	2013
Receitas Operacionais Diversas	1.053.658	840.831
Total	**1.053.658**	**840.831**

NOTA 20 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com o CPC 09, de 30/10/2008, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

- ***Receitas*** – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.
- ***Insumos Adquiridos de Terceiros*** - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos.

NOTA 21 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) e demonstra as modificações ocorridas no exercício, em todas as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

NOTA 22 DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso, Pará e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2014, ocorreram diversas apurações; apesar de ter ocorrido novos registros, o saldo do grupo **1.9.9.1.3.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração**, reduziu para R$67.850 mil.

Em R$ mil

Exercício	Saldo
2013	72.108
2014	67.850

NOTA 23 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

23.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2014 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, quitou em 2014, a dívida contratada por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo de 12/12/2002, referente ao serviço passado, totalizando 240 parcelas.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

23.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho,

2013/2014, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2014, a Conab gastou com o SAS, o montante de R$30.318 mil, beneficiando 4.794 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2014, referente à participação financeira dos empregados é de R$19.864 mil.

NOTA 24 REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2013 e 2014, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício 2014	2013
Maior Remuneração Dirigente	35.236,19	27.235,15
Menor Remuneração Dirigente	27.235,15	27.235,15
Maior Remuneração Empregado	29.462,25	29.326,61
Menor Remuneração Empregado	1.468,97	1.292,34

Salários Médios	Exercício 2014	2013
Dirigentes	28.835,36	27.235,15
Empregados	4.251,01	3.771,64

NOTA 25 TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED

25.1 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos "Termos de Execução Descentralizada - TED", assinado com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 619 municípios e 51.228 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 178 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R$353.003 mil no ano de 2014.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2014.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
PRESIDENTE

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCELO DE ARAÚJO MELO
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE FISCALIZAÇÃO

JOÃO MARCELO INTINI
DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E INFORMAÇÕES

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 005969/O-5 CPF: 086930721-53

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
Exercício 2014

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.° 10.104).
2. Os exames foram realizados com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.
3. As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.° 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.
4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto em relação aos fatos relatados nos parágrafos 5 e 6.
5. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2014, demonstrou que a Conab possui o montante de R$ 89.038 mil registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", integrante do grupo "Recursos Vinculados", oriundos de depósitos feitos por decisão judicial em decorrência de ações trabalhistas e cíveis, transitadas em julgado ou em andamento, conforme explicitado na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – Nota n.º 10. Sobre o referido saldo contábil, não foi possível emitir nossa opinião, visto que não foram disponibilizados relatórios extracontábeis, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, que servissem de parâmetro para as análises pertinentes. A respeito da matéria, a Companhia formalizou convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF com o objetivo de ter acesso às informações que permitissem as análises pertinentes. Todavia, os dados obtidos a partir do acesso, para consulta, aos saldos das contas judiciais não satisfizeram as necessidades da Conab. Segundo informações prestadas à equipe de auditores, pela Superintendência de Orçamento e Finanças - Suofi, em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 41, de 10.03.2015, até o momento, só foi possível "verificar os saldos/extratos de aproximadamente 15% das contas procuradas". A Companhia está interagindo com aquela Instituição Financeira, de modo a sanar as disfunções sob comento. Cabe o registro que este tema está inserido no escopo do Inquérito Civil Público n.º 1.16.000.000580/2012-61, em andamento na Procuradoria da República no Distrito Federal.
6. O Balanço Patrimonial, encerrado em 31.12.2014, evidenciou um volume de recursos na ordem de R$ 444.332 mil na rubrica "Compra Antecipada – Entrega Futura", na qual são registrados os adiantamentos feitos aos fornecedores nas operações de Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CPR Alimento, Compra com Doação Simultânea – CDS e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque. A avaliação quanto à consistência dos saldos contábeis de tais operações integrou o escopo das auditorias de Balanço levadas a efeito nas Superintendências Regionais da Bahia, Ceará, Goiás, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins. Foi auditado o montante de R$ 143.097 mil, sendo que, deste total, constatou-se deficiências nos controles internos envolvendo a importância de R$ 117.708 mil, reveladas pelas insuficiências das análises e conciliações dos saldos contábeis, em confronto com os controles operacionais, nas Suregs Bahia, Ceará, Goiás, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins.

Brasília, 20 de março de 2015.

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes
Auditora Interna
CRC/DF n.º 6046/O-6

Osvaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF 0185841/O-7

Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira
Auditora Interna
CRC/PB n.º 10834/O-4

Zilda Eulina Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF n.º 7417/O-0

Mariana Vilar da Fonseca
Auditora Interna
CRC/PB n.º 10827/O-0

Daniel Santa Abreu
Gerente de Auditoria
CRC/GO n.º 021732/O-1

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Brasília (DF)

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do Fluxo de Caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração da Entidade sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para ressalva

Considerando que a contratação da auditoria independente deu-se após a contagem oficial do estoque ao final de 2014 (a contratação deu-se na 2ª semana de fevereiro de 2015), não houve, portanto, condições de acompanhar a contagem dos estoques da empresa, que são relevantes e materiais. Por outro lado, considerando, também, que os controles são descentralizados e em virtude das longas distâncias entre os vários pontos de armazenagem espalhados por todo o país, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos para validar a contagem dos estoques.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos reflexos advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foram auditadas por outra firma de auditoria, cujo relatório não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 10 de março de 2015.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 – "S" DF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Conab, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, resolve aprová-los, com as ressalvas contidas no citado Parecer, e submetê-los à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 31 de março de 2015.

MARIA EMILIA M. PEDROZA JABER
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheiro

SÁVIO RAFAEL PEREIRA
Conselheiro

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Conselheiro

ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento– CONAB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após deliberação com base no Parecer dos Auditores Independentes – Aguiar Feres - Auditores Independentes, de 10 de março de 2015, e no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, de 20 de março de 2015, e por unanimidade é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, a situação patrimonial e financeira da Conab, salvo no que diz respeito as ressalvas especificadas no Parecer dos Auditores Independentes e as relatadas nos parágrafos 5 e 6 do Parecer da Auditoria Interna.

Tomou, ainda, conhecimento da proposta de destinação do Lucro Líquido de R$ 5.714.158,14, relativo ao resultado do exercício de 2014, e manifesta-se favoravelmente à proposição que se trata de destinar: R$ 285.707,91 para Reserva Legal; R$ 1.360.000,00 para Juros sobre o Capital Próprio e R$ 4.068.450,23 para Reserva de Retenção de Lucros, ressalvado o que dispõe o parágrafo 1º do art. 196 e o inciso III do art. 163 da Lei da Lei 6.404/76.

Brasília, 1 de abril de 2015.

Mª DOS REMÉDIOS V.TEIXEIRA
Presidente do Conselho

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
Membro Titular

JOSEFA IRACELE SANTIAGO PEREIRA
Membro Titular